



# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Sequoia Logística e Transportes S.A.

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados .....	11
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	14
Demonstração do valor adicionado.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	16

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Sequoia Logística e Transportes S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual indica que a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 2.421.568 mil, patrimônio líquido negativo (Passivo a descoberto) de R\$ 183.235 mil e capital circulante líquido negativo de R\$ 126.779 mil na controladora e de R\$ 242.982 mil no consolidado, em 31 de dezembro de 2025. Nesse contexto, houve a homologação do pedido de recuperação extrajudicial e a formalização de transação tributária junto à PGFN, medidas que suportam o entendimento da Administração de que os pagamentos das obrigações reestruturadas ocorrerão conforme o planejado, e que a geração de caixa será suficiente para o cumprimento dessas obrigações no futuro previsível. Entretanto, caso o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação, poderão existir incertezas relevantes quanto à capacidade da Companhia e suas controladas de manterem suas operações no futuro previsível. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Avaliação da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento na Transportadora Americana Ltda. registradas conforme método de aquisição estabelecido no CPC 15/IFRS 3, tendo sido registrado ágio por expectativa de rentabilidade futura que em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 274.442 mil.

Esse ágio juntamente com os outros ativos que compõe a Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram submetidos a testes de recuperabilidade (impairment), conforme requerido pelas normas contábeis.

A determinação do valor recuperável desses ativos envolve elevado grau de julgamento por parte da Administração, especialmente na definição das premissas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado, incluindo projeções de receitas, margens operacionais, taxas de crescimento e taxa de desconto. Tais estimativas dependem da capacidade da UGC de gerar os fluxos de caixa projetados no futuro, estando a Companhia num processo de recuperação extrajudicial e de reestruturação de suas operações.

Em função do elevado nível de subjetividade, da sensibilidade dos resultados a pequenas variações nas premissas e da magnitude dos saldos envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os relacionados abaixo.

- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento e as premissas significativas utilizadas;
- Inclusão de especialistas de finanças corporativas para auxiliar na análise da razoabilidade da taxa de desconto utilizada para desconto no fluxo de caixa;
- Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes;
- Avaliação da coerência das principais premissas utilizadas pela Administração, incluindo projeções de receitas, margens e taxa de crescimento, por meio de comparação com dados históricos e desempenho recente da Companhia;
- Execução de análises de sensibilidade sobre as principais premissas, com o objetivo de avaliar o impacto de variações razoavelmente possíveis nos valores recuperáveis estimados;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas no teste de valor recuperável da unidade geradora de caixa e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração dos impactos decorrentes do Plano de Recuperação Extrajudicial e transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.5 (item ii) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 2025 houve homologação do plano de recuperação extrajudicial incluindo a Companhia de algumas controladas, com cinco opções de formas de pagamento para os credores. Também, a Companhia e suas controladas firmaram transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para liquidação de débitos tributários federais, envolvendo condições específicas de parcelamento e reduções de encargos.

A contabilização dessa transação envolveu elevado grau de julgamento por parte da Administração, especialmente no que se refere: (i) a consolidação das obrigações assumidas, incluindo as decorrentes de desistência de processos; (ii) à apuração dos efeitos decorrentes de reduções de multas e juros; (iii) à classificação contábil adequada dos passivos; e (iv) à avaliação dos impactos no resultado do exercício.

Diante da magnitude dos valores envolvidos, do despendido na análise desses temas durante a auditoria e do nível de julgamento necessário, consideramos esses assuntos significativos para nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reuniões com o setor jurídico do Grupo e assessores externos contratados pela Companhia;
- Leitura do Plano de Recuperação Extrajudicial;
- Leitura de despacho, termo de transação individual e comunicações relacionadas com a transação tributária com a PGFN;
- Entendimento dos controles da Administração para a integridade das informações objeto da Recuperação Extrajudicial e transação com a PGFN;
- Teste da mensuração inicial e subsequente dos passivos reconhecidos, incluindo a verificação do cálculo do valor presente das obrigações, quando aplicável, e dos critérios utilizados para reconhecimento de eventuais reduções de encargos, tanto na recuperação extrajudicial como na transação com a PGFN;
- Testes sobre a integridade e exatidão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela Administração;
- Avaliação, com o suporte de nossos especialistas tributários, da adequação da interpretação da Administração quanto à legislação aplicável e às condições pactuadas com a PGFN;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu, em 11 de junho de 2025, relatório com abstenção de opinião. Essa abstenção foi fundamentada por prejuízos acumulados, excesso de passivos sobre ativos circulantes, incertezas quanto à execução do plano de recuperação extrajudicial, recuperabilidade de ativos não circulantes e à realização de ativos fiscais diferidos, além de renegociações em andamento de obrigações tributárias e previdenciárias.

## Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2/SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo Vieira Rocha'.

Ricardo Vieira Rocha

Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - SP

## Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.161	13.075	56.564	21.853
Contas a receber	6	9.700	20.373	84.577	133.720
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	-	-	7.746
Tributos a recuperar	7	12	-	3.073	8.732
Adiantamentos		647	737	2.659	1.192
Despesas antecipadas		1.242	2.417	2.971	5.327
Demais contas a receber		2.878	7.480	3.527	8.331
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>30.640</b>	<b>44.082</b>	<b>153.371</b>	<b>186.901</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.3	-	-	-	6.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	204.173	-	259.995
Partes relacionadas	23	163.245	16.676	-	2.996
Depósitos judiciais	15.3	8.801	13.639	13.120	33.594
Demais contas a receber		5.937	10.141	5.937	10.141
Tributos a recuperar	7	-	-	852	1.649
Investimentos	8	269.736	441.296	-	8.866
Imobilizado	9	42.772	61.038	95.172	128.034
Intangível	10	18.620	26.655	448.744	512.111
Direito de uso	12	3.053	39.769	35.427	81.620
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>512.164</b>	<b>813.387</b>	<b>599.252</b>	<b>1.045.255</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>542.804</b>	<b>857.469</b>	<b>752.623</b>	<b>1.232.156</b>

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (continuação)  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	20.404	337.402	42.875	349.757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	50.026	59.318	115.272	144.455
Passivo de arrendamento	12	3.280	27.912	9.657	42.471
Obrigações tributárias	14	29.392	19.695	84.476	63.893
Parcelamentos fiscais	14.1	9.991	9.311	19.192	20.294
Impostos parcelados - PGFN	14.2	19.584	-	51.602	-
Obrigações trabalhistas	14.3	9.151	38.344	15.962	53.642
Partes relacionadas	23	-	1.525	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.2	-	4.355	6.386	11.414
Outros passivos	16	15.591	43.120	50.931	95.892
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>157.419</b>	<b>540.982</b>	<b>396.353</b>	<b>781.818</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	13	87.295	-	87.295	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	203.150	741.809	203.669	756.673
Passivo de arrendamento	12	1.246	27.255	32.350	63.514
Parcelamentos fiscais	14.1	40.768	34.319	64.969	50.436
Obrigações trabalhistas	14.3	727	-	1.446	-
Impostos parcelados - PGFN	14.2	22.382	86.153	58.973	171.538
Partes relacionadas	23	180.876	133.751	98	212
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.2	-	-	11.373	13.228
Impostos diferidos passivos		-	-	-	15.700
Provisões para demandas judiciais	15	32.176	51.574	79.251	302.372
Outros passivos	16	-	-	81	1.226
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>568.620</b>	<b>1.074.861</b>	<b>539.505</b>	<b>1.374.899</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>726.039</b>	<b>1.615.843</b>	<b>935.858</b>	<b>2.156.717</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>					
Capital social	17.1	1.430.860	1.002.385	1.430.860	1.002.385
Gastos com emissão de ações		(69.498)	(69.498)	(69.498)	(69.498)
Reserva de capital		-	9.539	-	9.539
Reserva de lucro	17.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Ajuste de avaliação patrimonial		7.737	-	7.737	-
Instrumentos conversíveis em ações		343.636	354.909	343.636	354.909
Debêntures conversíveis		515.629	-	515.629	-
Prejuízos acumulados		(2.421.568)	(2.065.678)	(2.421.568)	(2.065.678)
		<b>(183.235)</b>	<b>(758.374)</b>	<b>(183.235)</b>	<b>(758.374)</b>
Participação de não controladores		-	-	-	(166.187)
		<b>(183.235)</b>	<b>(758.374)</b>	<b>(183.235)</b>	<b>(924.561)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>542.804</b>	<b>857.469</b>	<b>752.623</b>	<b>1.232.156</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	34.570	155.587	592.928	769.016
Custos dos serviços prestados	19	(68.112)	(298.138)	(552.486)	(794.183)
Lucro (prejuízo) bruto		(33.542)	(142.551)	40.442	(25.167)
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	3.748	(394.189)	(146.381)	(626.994)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	17.150	79.775	78.663	55.435
Impairment ágio	20	-	(186.355)	-	(480.577)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(9.025)	(284.159)	(416)	(507)
		11.873	(784.928)	(68.134)	(1.052.643)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(21.669)	(927.479)	(27.692)	(1.077.810)
Despesas financeiras		(162.864)	(170.114)	(221.586)	(215.012)
Receitas financeiras		70.114	6.976	75.870	17.404
	21	(92.750)	(163.138)	(145.716)	(197.608)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(114.419)	(1.090.617)	(173.408)	(1.275.418)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	22	-	-	(231)	(6.540)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	22	(87.751)	(3.648)	(21.783)	3.567
Prejuízo do exercício		(202.170)	(1.094.265)	(195.422)	(1.278.391)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(202.170)	(1.094.265)	(202.170)	(1.094.265)
Acionistas não controladores		-	-	6.748	(184.126)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas controladores da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	17.5	(16.8692)	(53,5485)	(16.8692)	(53,5485)
Prejuízo diluído por ação	17.5	(158.0688)	(53,5485)	(158.0688)	(53,5485)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(202.170)	(1.094.265)	(195.422)	(1.278.391)
Plano baseado em ações	450	-	450	-
Ajuste de avaliação patrimonial - incorporação	7.737	-	13.456	-
Resultado abrangente	(193.983)	(1.094.265)	(181.516)	(1.278.391)
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	(193.983)	(1.094.265)	(193.983)	(1.094.265)
Acionistas não controladores	-	-	12.467	(184.126)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Instrumentos conversíveis em ações	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	915.155	(69.317)	8.225	-	9.969	(971.413)	224.947	117.566	-	117.566
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.094.265)	-	(1.094.265)	(184.126)	(1.278.391)
Aumento de capital	1.068	-	-	-	-	-	-	1.068	-	1.068
Plano de pagamento com base em ações	-	-	1.314	-	-	-	-	1.314	-	1.314
Conversão de debêntures em capital	86.162	-	-	-	-	-	(86.162)	-	-	-
Instrumentos patrimoniais conversíveis	-	(181)	-	-	-	-	216.124	215.943	17.939	233.882
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.002.385	(69.498)	9.539	-	9.969	(2.065.678)	354.909	(758.374)	(166.187)	(924.561)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(202.170)	-	(202.170)	6.748	(195.422)
Aumento de capital	69.567	-	(787)	-	-	-	-	68.780	-	68.780
Plano de pagamento com base em ações	-	-	450	-	-	-	-	450	-	450
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	7.737	-	-	-	7.737	5.719	13.456
Integralização/Atualização de debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	-	4.310	4.310	-	4.310
Efeitos da incorporação da Fulcrum	-	-	-	-	-	(153.720)	-	(153.720)	153.720	-
Finalização do plano baseado em ações	-	-	(9.202)	-	-	-	-	(9.202)	-	(9.202)
Conversão de debêntures em capital	15.583	-	-	-	-	-	(15.583)	-	-	-
Conversão de debêntures e empréstimos em instrumentos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	515.629	515.629	-	515.629
Conversão de debêntures em capital - Empréstimos	343.325	-	-	-	-	-	-	343.325	-	343.325
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.430.860	(69.498)	-	7.737	9.969	(2.421.568)	859.265	(183.235)	-	(183.235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Sequoia Logística e Transportes S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(114.419)	(1.090.617)	(173.408)	(1.275.418)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	49.142	677.266	181.478	860.505
Depreciação e amortização	31.401	62.258	103.703	143.527
Baixa de imobilizado e intangível	1.955	2.055	10.652	25.325
Baixa de ativo e passivo de arrendamento	(22.967)	-	(28.761)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.025	284.159	416	507
Juros provisionados	116.593	57.205	130.383	62.605
Baixa de ativos de indenização na aquisição de investimento	-	-	6.249	-
Baixa de contas a receber e fornecedores	20.224	-	55.942	-
Baixa de depósitos judiciais	19.722	-	32.940	-
Haircut de fornecedores – RE	(87.841)	-	(87.841)	-
AVP de fornecedores – RE	(60.202)	-	(60.202)	-
Baixa de investimento	8.450	-	8.450	-
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	32.019	-	24.273
Plano de pagamento com base de ações	(9.202)	1.314	(9.202)	1.314
Impairment de intangível e imobilizado e ágio	-	186.355	-	480.577
Provisões e outros itens que não afetam caixa	21.994	51.901	18.749	122.377
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	(65.267)	(413.351)	8.070	(414.913)
Variações nos ativos e passivos operacionais	49.875	482.994	(19.012)	491.641
Contas a receber	4.092	170.771	33.386	140.974
Adiantamentos e despesas antecipadas	1.265	6.417	889	6.970
Tributos a recuperar	(12)	34.534	6.456	48.901
Partes relacionadas	112	37.142	2.882	(941)
Fornecedores	33.000	219.270	43.116	199.186
Obrigações trabalhistas e tributárias	37.212	41.607	(59.966)	77.758
Depósito judicial	(14.884)	(10.710)	(12.466)	(16.674)
Impostos parcelados - PGFN	684	-	(9.642)	-
Parcelamentos fiscais	7.129	(14.725)	13.431	(13.914)
Outros ativos e passivos	(18.723)	(1.312)	(37.098)	49.381
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(15.392)	69.643	(10.942)	76.728
Atividades de investimentos				
Acréscimo de imobilizado e intangível	-	(3.850)	(6.005)	(6.328)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	-	48.101	-	5.327
Aquisição de participação em controlada e controlada em conjunto	-	42.609	-	-
Aumento de capital	-	1.068	-	1.068
Contas a pagar por aquisição de empresas	(4.355)	1.142	(13.132)	2.792
Fluxo de caixa gerado pelas aplicado nas atividades de investimentos	(4.355)	89.070	(19.137)	2.859
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	45.443	381.956	111.466	506.040
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(8.036)	(480.815)	(18.568)	(507.934)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(4.629)	(35.525)	(7.332)	(41.866)
Amortização de arrendamentos	(1.084)	(34.492)	(13.169)	(44.019)
Custo de transação	(8.861)	-	(7.332)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	22.833	(168.876)	64.790	(87.779)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	3.086	(10.163)	34.711	(8.192)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13.075	23.238	21.853	30.045
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	16.161	13.075	56.564	21.853
	3.086	(10.163)	34.711	(8.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas	194.601	209.530	1.016.816	872.757
Receita de prestação de serviço	40.113	174.899	677.703	882.837
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.556)	(21.539)	(14.680)	(63.707)
Outras receitas (despesas) operacionais	161.044	56.170	353.793	53.627
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(82.779)	(591.739)	(624.433)	(1.481.082)
Custos dos serviços prestados	(38.602)	(142.768)	(518.404)	(618.369)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.177)	(284.413)	(106.029)	(382.136)
Impairment ágio	-	(164.558)	-	(480.577)
Valor adicionado bruto	111.822	(382.209)	392.383	(608.325)
Retenções	(38.147)	(62.258)	(111.617)	(143.527)
Depreciação e amortização	(38.147)	(62.258)	(111.617)	(143.527)
Valor adicionado líquido produzido	73.675	(444.467)	280.766	(751.852)
Valor adicionado recebido em transferência	61.089	(277.183)	75.454	16.897
Resultado de equivalência patrimonial	(9.025)	(284.159)	(416)	(507)
Receitas financeiras	70.114	6.976	75.870	17.404
Valor adicionado total a distribuir	134.764	(721.650)	356.220	(734.955)
Distribuição do valor adicionado	(134.764)	721.650	(356.220)	734.955
Pessoal e encargos	(20.669)	(164.766)	(31.683)	(194.303)
Remuneração direta	(8.402)	(129.105)	(18.403)	(153.755)
Benefícios	(8.384)	(25.016)	(9.397)	(29.343)
F.G.T.S.	(3.883)	(10.645)	(3.883)	(11.205)
Impostos e taxas e contribuições	(95.407)	(27.945)	(108.857)	(123.508)
Federais	(94.134)	(19.797)	(106.998)	(109.021)
Estaduais	(639)	(3.508)	(1.210)	(8.332)
Municipais	(634)	(4.640)	(649)	(6.155)
Juros e aluguéis	(220.858)	(179.904)	(411.102)	(225.625)
Remuneração de capitais próprios	202.170	1.094.265	195.422	1.278.391
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(6.748)	184.126
Prejuízos retidos	202.170	1.094.265	202.170	1.094.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Bairro Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de intermediação e logística. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes.

A partir de 30 de janeiro de 2026, nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. ("JiveMauá"), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2026.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

### 2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Adicionalmente, A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.4. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado – aplicável às companhias abertas. As normas internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – não requerem esta apresentação. Sendo assim, à luz das normas internacionais, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

### 2.5. Declaração de continuidade

A Companhia apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 202.170 em 31 de dezembro de 2025 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R\$ 126.779 e R\$ 242.982, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia apresentava um passivo a descoberto de R\$ 183.235, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia estruturou um plano e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados, atuando junto aos credores financeiros e não financeiros visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados até 31 de dezembro de 2025 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras:

- i) Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) da Sequoia e da Transportadora Americana;
- ii) Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
- iii) Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas.

A seguir detalhamos os itens acima:

#### i. Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) da Sequoia e da Transportadora Americana

A Sequoia Transportes e a Transportadora Americana pediram a homologação de um plano de recuperação extrajudicial perante o Juízo 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ, processo autuado sob o nº 1003015 19.2024.8.26.0260.

O Plano contou com aprovação de aproximadamente 54% dos credores sujeitos, abrangendo todos os créditos não-financeiros existentes na data do pedido em 11 de outubro de 2024, nos termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizavam R\$ 311.279.

Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, após ajustes de valores, atingiu R\$ 328.743.

O Plano previu as seguintes formas de pagamento:

- Opção 1: Deságio: não há. Carência: não há. Pagamento: Conversão integral em ações da Sequoia (SEQL3), com preço de exercício de R\$ 8,00. Limite: o aumento de capital para subscrição com dívida foi limitado a R\$ 110.000 em créditos optantes. As ações foram entregues em maio de 2025.
- Opção 2: Deságio: não há. Carência: 60 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: não há. Condição de taxa: IPCA.
- Opção 3: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Carência: 12 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 10.000 em créditos optantes. Condição de taxa: IPCA.
- Opção 4: Deságio: 50% sobre o saldo devedor. Pagamento: (i) em dinheiro à vista de 2/5 do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 120 dias corridos a contar da homologação judicial, ou 31 de janeiro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (ii) pagamento em dinheiro de 3/5 do saldo devedor após o deságio, em 15 prestações mensais e consecutivas, com início 30 dias corridos após o pagamento em dinheiro à vista do item (i). Condição de taxa: as parcelas do item (ii) serão corrigidos pelo IPCA. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 64.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R\$ 62.080 optaram então sendo pagos até abril de 2026.
- Opção 5: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Pagamento: em dinheiro à vista do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 30 dias corridos a contar da homologação judicial. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 17.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R\$ 17.000 se enquadraram e R\$ 5.100 foi pago em abril de 2025.

O Plano de Recuperação Extrajudicial gerou uma redução de R\$ 148.043 no endividamento da Companhia.

ii. Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de revisão da capacidade de pagamento e de transação da dívida fiscal em aberto na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e na Secretaria da Receita Federal do Brasil – SFRB totalizando R\$ 433.069 naquela data. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado era de R\$ 110.575. A Companhia solicitou a concessão de descontos sobre juros e multa, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação de parte do saldo remanescente.

Em 3 de outubro de 2025 a PGFN proferiu despacho apresentando proposta de transação individual, para pagamento em 15 meses, com desconto de juros e multa e utilização de prejuízo fiscal e base negativa. O saldo remanescente, considerando os débitos no âmbito da SFRB ainda não inscritos em dívida ativa da União, totalizava R\$ 110.575 e deverá ser pago em 15 meses.

Em 8 de dezembro de 2025, A Companhia avançou de forma substancial para assinar o termo de transação individual com a PGFN, encaminhando a documentação solicitada e ficou acertado: (i) aceite da proposta da PGFN para quitação em 15 meses; (ii) desistência de discussões judiciais e direcionamento dos parcelamentos e saldos em aberto na Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB para a transação; (iii) aumento gradual das parcelas na medida que for consolidando os débitos com a SRFB, mas sem ultrapassar o prazo de 15 meses; (iv) concessão de descontos sobre juros e multas e; (v) utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais; e (vi) utilização de precatórios federais que possam vir a ser adquiridos, aportados ou financiados para a Companhia após a assinatura do termo.

Em 20 de abril de 2026, a Companhia assinou junto a PGFN o acordo com uma redução total de 82% do passivo tributário, passando o referido passivo de aproximadamente R\$ 631.700 para R\$ 112.700, (valores de abril de 2026). Vide detalhes na nota 26.

iii. Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas (Reestruturação de dívidas e captações)

Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de Administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), no montante de até R\$ 470.000, em 2 séries, uma integralizada em moeda corrente e outra série integralizada utilizando créditos detidos anteriormente remanescente da 4ª emissão de debêntures. Durante o exercício de 2024, houve a integralização de R\$ 86.162 em moeda corrente e a integralização de R\$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores.

Adicionalmente, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro que não aderiram à conversão da 6ª emissão de debêntures, repactuando os termos e condições dos contratos vigentes, de forma a alongar o prazo de pagamento, que terá início com o pagamento de juros em 2027 e amortização do principal entre 2029 e 2031.

Entre 26 de agosto e 23 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures, não conversíveis, com valor de R\$ 45.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento entre 30 de junho e 30 de setembro de 2027.

Adicionalmente, como passo fundamental para manter a liquidez da Companhia, foi anunciada a 13ª emissão de debêntures com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000. A emissão foi feita de forma parcial no montante de R\$ 421.937 em debêntures obrigatoriamente conversíveis, sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento em 26 de fevereiro de 2026. Esse montante foi aportado através de recursos em espécie no montante de R\$ 45.483, de créditos com terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 214.781, sendo que, o valor remanescente foi proveniente da conversão de debêntures da 4ª e 6ª emissões, o que gerou uma redução significativa no endividamento da Companhia.

Considerando o Plano de Negócios do Grupo, a Diretoria entende que os pagamentos de suas obrigações reestruturadas no contexto da recuperação extrajudicial ocorrerão conforme o planejado e que a geração de caixa será suficiente para atender às obrigações no futuro previsível. Caso, entretanto, o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação no contexto da Recuperação Extrajudicial e da transação com a PGFN, incertezas relevantes estarão presentes quanto à capacidade da Companhia de manter sua operação no futuro previsível. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional. Vide detalhamento das novas emissões ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na nota 11.1.

## 2.6. Resultado por ação

Em 17 de novembro de 2025, foi aprovado o grupamento de ações na razão de 10 ações para 1 e, por isso, estamos apresentando o efeito decorrente desse grupamento no período findo em 31 de dezembro de 2024:

	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(1.094.265)	(1.094.265)	(1.094.265)
Quantidade média ponderada de ações em circulação – em milhares	2.044	20.435	2.044	20.435
Prejuízo básico por ação – em R\$	(535,3547)	(53,5485)	(535,3547)	(53,5485)

## 3. Base de consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

O resultado das controladas adquiridas é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na Companhia consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2025	2024
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a) Logística e transporte	Brasil	100%	57,5%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. Em 31 de outubro de 2025, houve a aquisição dos 42,5% das ações do acionista minoritário da Transportadora Americana, pertencentes a empresa Fulcrum Participações S.A. Ato contínuo, a Companhia efetuou a sua incorporação da referida empresa.

Participação indireta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação		
			2025	2024	
ILGJ Logística e Transporte Ltda. ("Moove")	(b)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Carriers Logística e Transporte Ltda. ("Carriers")	(b)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Flash Courier Ltda. ("Flash")	(b)	Serviços	Brasil	100%	100%
JHO Administração e Participações Ltda. ("JHO")	(c)	Holding	Brasil	-	100%
Rodoe Transportes de Encomendas Ltda. ("Rodoe")	(c)	Logística e transporte	Brasil	-	100%
Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. ("Levoo")	(c)	Intermediação	Brasil	-	100%
M3 Pagamentos Ltda. ("M3")	(d)	Fintech	Brasil	-	100%
MRR LOGISTICS SOLUTIONS, UNIPessoal LTDA. ("MRR")	(e)	Logística e transporte	Portugal	-	100%

- (b) Empresa adquirida em 28 de março de 2024.  
(c) Empresas incorporadas em 1º de janeiro de 2025.  
(d) Empresa com atividades encerradas em 18 de fevereiro de 2025.  
(e) Empresa vendida em 7 de fevereiro de 2025.

A Companhia não possui controle sobre a seguinte empresa na qual possui participação societária e, portanto, é apresentada no grupo de investimentos:

Participação indireta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2025	2024
GHSX Tecnologia e Intermediação ("Drops") (f)	Intermediação	Brasil	-	51%

- (f) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado e vendida em 8 de julho de 2025.

#### 4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério.

##### 4.1. Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável.

#### 4.2. Informações por segmento

A Companhia opera e é gerenciada como uma plataforma integrada de transporte, armazenagem e logística, sendo suas decisões estratégicas, alocação de recursos, gestão de caixa e avaliação de desempenho realizadas de forma consolidada pela Administração.

Embora a Companhia acompanhe internamente determinadas linhas de negócio, frentes comerciais e indicadores gerenciais, tais aberturas são utilizadas para fins de gestão, acompanhamento de performance, precificação e análise comercial, não representando segmentos operacionais independentes para fins de reporte.

Os serviços são prestados por meio de estrutura operacional integrada, com compartilhamento de rede logística, sistemas, tecnologia, áreas administrativas, faturamento, financeiro, controladoria, tesouraria, fiscal, jurídico e demais processos corporativos. Dessa forma, a Administração entende que os fluxos de caixa, os ativos e as decisões relevantes da Companhia são geridos de forma integrada.

Segmentos operacionais são definidos como componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais podem ser obtidas receitas e incorridas despesas, cujos resultados são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais e para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

Considerando a forma como a Administração monitora a operação, toma decisões e aloca recursos, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento operacional reportável: Transporte e Logística. Adicionalmente, para fins do teste de recuperabilidade previsto no CPC 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia considera uma única Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), conforme detalhado na nota explicativa nº 10, uma vez que a geração de caixa decorre de uma plataforma operacional e financeira integrada.

Portanto, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 22 — Informações por Segmento, as informações financeiras, patrimoniais e de resultado apresentadas nestas demonstrações financeiras refletem a totalidade do segmento operacional reportável da Companhia.

#### 4.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando e não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4.4. Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 6 sobre PECLD de contas a receber, nº 7 tributos a recuperar, nº 9 sobre vida útil do ativo imobilizado e nº 15 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Entidade não tem IR diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, porém tem ágio de combinação de negócios cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

#### 4.5. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

#### Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

Serão reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados.

## Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa

A provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas efetuarão um cálculo com base nos vencimentos da carteira e aplicarão uma matriz de percentuais de risco, conforme abaixo:

Faixas de atraso	Percentual de provisão
A vencer/ até 30 dias	1%
31 a 60 dias	5%
61 a 90 dias	15%
91 a 180 dias	40%
Acima de 180 dias ou em litígio/recuperação	100%

## 4.6. Instrumentos financeiros

### Ativos financeiros

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes.

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

#### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas efetuarão um cálculo com base nos vencimentos da carteira e aplicarão uma matriz de percentuais de risco, conforme tabela anteriormente divulgada.

No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, reconhecendo uma provisão para perdas com base em expectativas históricas de perdas em cada data-base, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### Passivos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

### *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

### *Mensuração do valor justo*

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, [conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2025 e 2024.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

	Controladora				
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 31 de dezembro de 2025					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	16.161	-	16.161	16.161
Contas a receber	Nível 2	-	9.700	9.700	9.700
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Nível 2	-	(107.699)	(107.699)	(107.699)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(253.177)	(253.177)	(147.716)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(4.525)	(4.525)	(4.525)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(50.759)	(50.759)	(50.759)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(41.966)	(41.966)	(41.966)

	Consolidado				
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 31 de dezembro de 2025					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	56.564	-	56.564	56.564
Contas a receber	Nível 2	-	84.577	84.577	84.577
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Nível 2	-	(130.170)	(130.170)	(130.170)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(318.941)	(318.941)	(219.795)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(42.007)	(42.007)	(42.007)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(84.161)	(84.161)	(84.161)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(110.575)	(110.575)	(110.575)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(17.759)	(17.759)	(17.759)

## Considerações sobre riscos

### *Riscos de crédito*

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

### *Riscos de liquidez*

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

*Risco de taxa de juros*

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI.

*Gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	253.177	741.809	318.941	756.673
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(7.746)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	4.355	17.759	24.642
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.161)	(13.075)	(56.564)	(21.853)
Dívida líquida	237.016	733.089	280.136	751.716
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(183.235)	(758.374)	(183.235)	(924.561)
Patrimônio líquido e dívida líquida	420.251	1.491.463	463.371	1.676.277

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

*Nível 2*

Caixa e equivalentes de caixa - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

### Operações com instrumentos derivativos

A Companhia firmou contratos de *swap* por meio de sua controlada Moove para proteger-se contra riscos de taxas cambiais em contratos de *leasings* indexados ao dólar americano. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha nenhuma posição em aberto com instrumentos derivativos. Esses contratos foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato foi celebrado e mensalmente é mensurado ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado, sendo estes classificados como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a variação cambial a qual está exposta.

O valor justo dos contratos de *swap* foi calculado considerando os índices divulgados pela B3, os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação.

### Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	2025	Consolidado		
			Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	(318.491)	2.376	11.881	23.761
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	(17.759)	132	662	1.323
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	21.296	(151)	(635)	(1.058)
	CDI (aumento) <sup>1</sup>	14,90%	15,65%	18,63%	22,35%
	CDI (queda) <sup>1</sup>	14,90%	14,19%	11,92%	9,93%

1) CDI divulgado pela CETIP.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações de aproximadamente, 88% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos conta movimento	15.747	12.712	35.269	16.472
Aplicações financeiras em CDB	414	363	21.295	5.381
	16.161	13.075	56.564	21.853

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento inferior a 90 dias, não sujeitos a risco de mudança de taxas de juros ou inflação, e não há restrições ao uso dos recursos apresentados.

O aumento de liquidez ocorrido em 31 de dezembro de 2025, foi em decorrência das emissões de debêntures (9<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup>), no montante de R\$ 45.000, no final do exercício.

## 6. Contas a receber

### Ativos de contrato

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

### Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na nota 4.5.

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes	26.994	15.435	81.040	100.318
Clientes a faturar (a)	3.140	18.791	46.805	60.913
	30.134	34.226	127.845	161.231
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.434)	(13.853)	(43.268)	(27.511)
	9.700	20.373	84.577	133.720

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	5.522	26.262	71.125	117.924
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	1.242	-	5.673	11.538
Vencidos de 31 a 90 dias	2.055	-	5.777	3.249
Vencido de 91 a 180 dias	1.997	-	6.479	1.063
Vencido de 181 a 365 dias	8.395	86	10.223	8.250
Vencidos há mais de 365 dias	10.923	7.878	28.568	19.207
Subtotal – vencidos	24.612	7.964	56.720	43.307
	30.134	34.226	127.845	161.231

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(52.223)	(79.343)
Adição	-	(10.858)
Baixa	38.370	62.690
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(13.853)	(27.511)
Adição (a)	(6.581)	(15.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(20.434)	(43.268)

(a) O aumento da provisão para expectativa de créditos com liquidação duvidosa refere-se, principalmente, pela mudança de critério de reconhecimento da provisão, em 2025, conforme apresentado na nota 4.4.

## 7. Tributos a recuperar

A composição do saldo dos tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS (a)	-	-	1.151	1.087
ICMS (b)	-	-	2.197	5.591
IRPJ e CSLL – antecipação	-	-	561	-
INSS	-	-	-	3.638
Impostos retidos	12	-	16	65
	12	-	3.925	10.381
Circulante	12	-	3.073	8.732
Não circulante	-	-	852	1.649

(a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

(b) Referente ao crédito de ICMS sobre ativo imobilizado.

A redução dos saldos deve-se à compensação dos créditos com os impostos a pagar nas mesmas rubricas.

## 8. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento em controladas e joint ventures inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos em controladas	269.736	432.430	-	-
Investimentos em controlada em conjunto	-	8.866	-	8.866
	<b>269.736</b>	<b>441.296</b>	<b>-</b>	<b>8.866</b>
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	269.736	441.296	-	8.866
	<b>269.736</b>	<b>441.296</b>	<b>-</b>	<b>8.866</b>

### 8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora		
	Transportadora Americana	Drops	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	432.430	8.866	441.296
Resultado de equivalência patrimonial	(9.025)	(416)	(9.441)
Realização de mais valia de ativos	(7.686)	-	(7.686)
Baixa por venda	-	(8.450)	(8.450)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.737	-	7.737
Incorporação da Fulcrum	(153.720)	-	(153.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>269.736</b>	<b>-</b>	<b>269.736</b>

	Transportadora Americana			Total
	Frenet	Drops	Total	
Saldos em 1° de janeiro de 2024	333.423	36.302	4.046	373.771
Resultado de equivalência patrimonial	(279.957)	(3.695)	(507)	(284.159)
Adiantamento para futuro aumento de capital	53.588	(10.814)	5.327	48.101
Valor pago em dinheiro pela aquisição de participação	42.609	-	-	42.609
Contribuição (aporte) da controladora	307.966	-	-	307.966
Baixa por <i>impairment</i>	(25.199)	-	-	(25.199)
Baixa por venda	-	(21.793)	-	(21.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<b>432.430</b>	<b>-</b>	<b>8.866</b>	<b>441.296</b>
Controladas	432.430	-	-	432.430
Controlada em conjunto	-	-	8.866	8.866
Investimentos	432.430	-	8.866	441.296

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a venda do investimento na Frenet pelo valor líquido de R\$ 34.822, apurando-se um lucro na operação de R\$ 20.613. Foi recebido R\$ 27.258 à vista e R\$ 6.058 foi retido para fazer frente a potenciais contingências. O valor retido será liberado em 5 anos, iniciando em janeiro de 2026.

Em 8 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a alienação por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) da participação societária de 51% detida na GHSX Tecnologia e Intermediação S.A. ("Drops") para a sua sócia.

Em 31 de outubro de 2025, a Companhia incorporou a empresa Fulcrum Participações S.A. que detinha 42,5% das ações da controlada Transportadora Americana S.A., conseqüentemente, a Companhia passou a deter 100% de suas ações.

	Consolidado	
	Drops	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	4.046	4.046
Resultado de equivalência patrimonial	(507)	(507)
Adiantamento para futuro de capital	5.327	5.327
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.866	8.866
Resultado de equivalência patrimonial	(416)	(416)
Baixa	(8.450)	(8.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-

As principais informações financeiras das controladas diretas e indiretas podem ser assim apresentadas:

Controlada	31 de dezembro de 2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Transportadora Americana	569.638	(299.902)	(269.736)	6.264	(1.861)

Controlada	31 de dezembro de 2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Transportadora Americana	735.028	(459.928)	(275.100)	79.773	(436.025)

As principais informações da controlada em conjunto e coligada podem ser assim apresentadas:

Investida	31 de dezembro de 2024						
	% de Participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	9.421	(15.622)	6.201	11.310	(993)

## 8.2. Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Nowlog	-	3.024	-	3.024
Direcional	-	1.331	-	1.331
Prime	-	-	1.831	2.545
Plimor (a)	-	-	15.813	17.742
Rodoe	-	-	115	-
	-	4.355	17.759	24.642
Circulante	-	4.355	6.386	11.414
Não circulante	-	-	11.373	13.228

- (a) Em 11 de outubro de 2024, foi assinado um Instrumento Particular de Acordo que previa o pagamento do valor de R\$ 16.200, pela compra da empresa Transportadora Plimor Ltda. em 60 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 270 a vencerem no último dia útil de cada mês, com vencimento da primeira parcela em 31.01.2025 e correção pela SELIC.

### 8.3. Ativos de indenização na aquisição de empresas

Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos a receber foram baixados considerando que em relação à Prime, houve termo de quitação celebrado entre as partes e no tocante à Direcional, foi realizado um encontro de contas entre as partes, de modo que nada mais é devido em decorrência de tal aquisição.

A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2025	2024
Direcional	-	3.074
Prime	-	3.175
	-	6.249

## 9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição ou substituição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Entre 8 e 12
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora							Total
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	
<i>Custo:</i>								
Em 1º de janeiro de 2024	32.757	10.051	48.889	22.965	26.028	24.651	3.775	169.116
Adições	-	-	-	16	133	-	3.701	3.850
Baixas	(4.449)	(1.426)	(1.008)	(5)	(936)	(861)	(603)	(9.288)
Em 31 de dezembro de 2024	28.308	8.625	47.881	22.976	25.225	23.790	6.873	163.678
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(373)	(30)	(1.176)	(41)	(1.371)	(54)	(3.747)	(6.792)
Em 31 de dezembro de 2025	27.935	8.595	46.705	22.935	23.854	23.736	3.126	156.886
<i>Depreciação:</i>								
Em 1º de janeiro de 2024	(31.265)	(6.863)	(13.844)	(5.575)	(16.230)	(13.776)	(2.637)	(90.190)
Depreciação	(1.332)	(566)	(5.682)	(3.650)	(3.553)	(2.993)	(1.907)	(19.683)
Baixas	5.146	100	456	2	930	-	599	7.233
Em 31 de dezembro de 2024	(27.451)	(7.329)	(19.070)	(9.223)	(18.853)	(16.769)	(3.945)	(102.640)
Depreciação	(673)	(426)	(5.444)	(3.564)	(2.884)	(2.024)	(731)	(15.746)
Baixas	379	7	471	38	1.310	129	1.938	4.272
Em 31 de dezembro de 2025	(27.745)	(7.748)	(24.043)	(12.749)	(20.427)	(18.664)	(2.738)	(114.114)
<i>Valor residual líquido:</i>								
Em 31 de dezembro de 2025	190	847	22.662	10.186	3.427	5.072	388	42.772
Em 31 de dezembro de 2024	857	1.296	28.811	13.753	6.372	7.021	2.928	61.038

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras Imobilizações	Total
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2024	140.678	11.278	71.894	26.696	41.110	28.343	4.078	44.787	368.864
Adições por aquisição	4.111	730	46.504	2.850	7.421	3.895	-	185	65.696
Adições	-	219	2.126	73	206	-	3	3.701	6.328
Baixas	(10.758)	(1.423)	(2.033)	(9)	(494)	-	(290)	-	(15.007)
Em 31 de dezembro de 2024	134.031	10.804	118.491	29.610	48.243	32.238	3.791	48.673	425.881
Adições	15	-	35	9	155	52	-	-	266
Baixas	(3.148)	(30)	(1.176)	(41)	(1.514)	(54)	-	(6.232)	(12.195)
Em 31 de dezembro de 2025	130.898	10.774	117.350	29.578	46.884	32.236	3.791	42.441	413.952
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2024	(120.650)	(7.776)	(25.238)	(8.584)	(30.092)	(16.462)	-	(42.693)	(251.495)
Adição por aquisição	(2.412)	(262)	(12.544)	(1.252)	(5.393)	(994)	-	-	(22.857)
Depreciação	(3.860)	(701)	(12.125)	(3.975)	(4.239)	(3.546)	-	(6.923)	(35.369)
Baixas	9.801	104	1.316	14	586	26	-	27	11.874
Em 31 de dezembro de 2024	(117.121)	(8.635)	(48.591)	(13.797)	(39.138)	(20.976)	-	(49.589)	(297.847)
Depreciação	(2.013)	(569)	(13.224)	(3.907)	(3.905)	(2.576)	-	(774)	(26.968)
Baixas	1.999	7	471	38	1.452	129	-	1.939	6.035
Em 31 de dezembro de 2025	(117.135)	(9.197)	(61.344)	(17.666)	(41.591)	(23.423)	-	(48.424)	(318.780)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2025	13.763	1.577	56.006	11.912	5.293	8.813	3.791	(5.983)	95.172
Em 31 de dezembro de 2024	16.910	2.169	69.900	15.813	9.105	11.262	3.791	(916)	128.034

## 10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

### Softwares

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos.

### Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios

O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2024	69.360	139.547	34.642	5.446	6.585	255.580
Baixas	(14.836)	(139.547)	-	-	-	(154.383)
Em 31 de dezembro de 2024	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2024	(32.295)	-	(34.642)	(5.362)	(6.532)	(78.831)
Amortização	(10.594)	-	-	(84)	(53)	(10.731)
Baixas	15.020	-	-	-	-	15.020
Em 31 de dezembro de 2024	(27.869)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(74.542)
Amortização	(8.600)	-	-	-	-	(8.600)
Baixas	565	-	-	-	-	565
Em 31 de dezembro de 2025	(35.904)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(82.577)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2025	18.620	-	-	-	-	18.620
Em 31 de dezembro de 2024	26.655	-	-	-	-	26.655
	Consolidado					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2024	87.819	487.534	227.279	34.463	6.452	843.547
Adições	22.682	275.883	151.696	8.925	-	459.186
Baixa por <i>impairment</i>	-	(479.750)	(827)	-	-	(480.577)
Baixas	(17.214)	(9.225)	-	-	-	(26.439)
Em 31 de dezembro de 2024	93.287	274.442	378.148	43.388	6.452	795.717
Baixas	(5.057)	-	-	-	-	(5.057)
Em 31 de dezembro de 2025	88.230	274.442	378.148	43.388	6.452	790.660
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2024	(38.401)	-	(145.887)	(22.135)	(6.452)	(212.875)
Adição por aquisição	(7.728)	-	-	-	-	(7.728)
Amortização	(12.358)	-	(47.823)	(7.069)	-	(67.250)
Baixas/ perda	4.193	-	-	54	-	4.247
Em 31 de dezembro de 2024	(54.294)	-	(193.710)	(29.150)	(6.452)	(283.606)
Amortização	(10.338)	-	(42.204)	(6.333)	-	(58.875)
Baixas/ perda	565	-	-	-	-	565
Em 31 de dezembro de 2025	(64.067)	-	(235.914)	(35.483)	(6.452)	(341.916)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2025	24.163	274.442	142.234	7.905	-	448.744
Em 31 de dezembro de 2024	38.993	274.442	184.438	14.238	-	512.111

### Teste de recuperabilidade do ativo intangível (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos / IAS 36 — *Impairment of Assets*, os ativos devem ser testados nos menores níveis para os quais existam entradas de caixa em grande parte independentes, denominados Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).

A Companhia entende que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sua operação representa uma única UGC, considerando a integração operacional dos negócios, o uso compartilhado de ativos, sistemas, estrutura administrativa, rede logística, recursos corporativos, gestão de caixa e a inexistência de fluxos de caixa plenamente independentes por linha de negócio.

Embora a Administração acompanhe determinadas linhas de negócio para fins gerenciais, tais aberturas são utilizadas principalmente para análise de performance, precificação, priorização comercial e controle interno, não representando UGCs independentes para fins do CPC 01.

A Administração avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado e dos ativos relacionados utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, com base no valor em uso da UGC, não tendo sido identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, incluindo crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos, capital de giro, perpetuidade e taxa de desconto.

As principais premissas utilizadas foram:

(i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros

A taxa de desconto post-tax utilizada foi de 20,22% a.a. Conforme requerido pela norma contábil, a Administração realizou a reconciliação da taxa de desconto post-tax para a taxa pre-tax, resultando em taxa pre-tax de 30,64% a.a. A taxa de desconto reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia, considerando as condições específicas do negócio, estrutura de capital, riscos de mercado, risco país, custo da dívida, custo de capital próprio e riscos específicos aplicáveis à Companhia.

(ii) Projeção dos fluxos de caixa

O período explícito de projeção compreende os exercícios de 2026 a 2030. As projeções foram elaboradas em moeda nominal, considerando inflação projetada, recuperação gradual de volumes, reorganização financeira da Companhia, descontinuidade de operações deficitárias e foco nas linhas de negócio com maior aderência estratégica e capacidade de geração de caixa.

A operação de e-commerce B2C foi considerada em processo de descontinuidade/desmobilização, com receita residual em 2026 e sem continuidade nos anos subsequentes do período explícito. Os efeitos associados à venda/desmobilização do Mega Sorter Damon e ao respectivo direito de uso do galpão foram refletidos no *carrying amount*, mantendo consistência entre a base de ativos testada e os fluxos projetados. O percentual médio de crescimento de receitas líquidas considerada nas projeções é de 7,36% ao longo dos anos.

(iii) Crescimento na perpetuidade

Para os fluxos posteriores ao período explícito, foi utilizada taxa de crescimento na perpetuidade de 3,50% a.a., equivalente à inflação de longo prazo, sem considerar crescimento real adicional por PIB ou ganho contínuo de *market share* na perpetuidade.

A Administração entende que essa premissa é prudente e compatível com a natureza nominal dos fluxos projetados.

(iv) Crescimento de receita

A projeção de receita considera recuperação gradual sobre uma base deprimida em 2025, recomposição de volumes, melhora de liquidez, retomada parcial de participação de mercado, reajustes de preço e foco nas operações core de Objetos Bancários/Cartões e B2B.

Para Objetos Bancários/Cartões, a projeção contempla recuperação gradual de volumes, incluindo entregas de cartões, terminais de pagamento, bobinas e demais objetos bancários. Para B2B, a projeção considera pipeline atual, expansão gradual em clientes existentes e novas oportunidades comerciais dentro do mercado endereçável.

(v) Custos, despesas, capital de giro e CAPEX

Os custos diretos foram projetados considerando sua natureza majoritariamente variável, especialmente fretes, parceiros e mão de obra direta, acompanhando a evolução projetada da receita.

Os custos indiretos e despesas operacionais foram projetados considerando a estrutura atual, os efeitos da desmobilização de operações deficitárias, inflação e necessidade de suporte às operações remanescentes.

A variação de capital de giro foi calculada com base nos dias médios de contas a receber, impostos a recuperar, despesas antecipadas, fornecedores, obrigações tributárias e obrigações trabalhistas. O CAPEX projetado foi estimado em patamar compatível com a manutenção e sustentação da operação.

(vi) Resultado do teste

Com base nas premissas descritas acima, o valor em uso da UGC foi comparado ao respectivo *carrying amount*, conforme demonstrado abaixo:

- Soma do valor presente dos fluxos explícitos: R\$ 274.183
- Valor presente da perpetuidade: R\$ 269.784
- Valor em uso: R\$ 543.967
- *Carrying amount*: R\$ 538.343
- Excedente do valor em uso sobre o *carrying amount*: R\$ 5.624

Como o valor em uso apurado é superior ao *carrying amount*, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida e do *goodwill* em 31 de dezembro de 2025.

A Administração reconhece que a margem de segurança entre o valor em uso e o valor contábil é reduzida. Por esse motivo, revisou e documentou de forma mais conservadora as principais premissas do modelo, especialmente quanto à curva de receita, perpetuidade e efeitos da descontinuidade da operação de e-commerce B2C.

## 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos

### 11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	% - Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Capital de giro (a)	Entre 100% CDI + 2,0 a.a. até Pré de 33,70% a.a.	De 20/05/25 até 21/05/32	141.854	160.206	201.723	253.735
Debêntures (a)	Entre 100% CDI até Pré de 7,64% a.a.	De 27/02/26 até 20/11/29	101.903	100.158	101.903	100.158
Debêntures conversíveis (b)	Entre 12,68% a.a. até 100% do CDI de 4,5% a.a.	De 31/12/25 até 31/12/27	10.363	549.051	10.363	549.051
Antecipação de recebíveis	De 1,21% a 3,37% a.m.		-	-	8.373	-
Leasing	Pré-fixada de 11,35% até 19,14% a.a.	De 27/11/25 até 24/02/26	-	1.517	-	8.937
			254.120	810.932	322.362	911.881
Custos de transação			(944)	(9.805)	(3.421)	(10.753)
			253.176	801.127	318.941	901.128
Circulante			50.026	59.318	115.272	144.455
Não circulante			203.150	741.809	203.669	756.673

(a) Na composição dos saldos de debêntures existe um saldo referente a parte relacionada JiveMauá referente a 5ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 12ª emissões no montante total de R\$ 52.729. Adicionalmente, há um montante de R\$ 19.193 no capital de giro referente a dívida da controlada ILGJ (Moove) com a JiveMauá, conforme apresentado na nota explicativa 23.

(b) Conforme Norma contábil CPC 39 – Instrumentos financeiros as debêntures conversíveis estão classificadas como instrumentos de dívida pelas características especificadas dos instrumentos emitidos nas 4ª, 6ª e 7ª (2ª série) emissões, as quais, determinam que, apesar de terem sua conversibilidade obrigatória em instrumentos patrimoniais devem ser apresentadas como instrumentos de dívida até sua conversão, mesmo que não haja previsibilidade de conversão em caixa. A exceção de conversão em caixa refere-se à 2ª série da 6ª emissão que apresenta condições precedentes em seu instrumento de emissão, que quando não cumpridas, podem determinar a liquidação em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, todas as debêntures referentes à 2ª série da 6ª emissão foram integralizadas e/ou migraram para a 13ª emissão. Em relação aos instrumentos emitidos nas 4ª (1ª e 2ª séries) e 7ª (1ª série) emissões, os saldos remanescentes em 31 de dezembro de 2025, foram integralizados em fevereiro de 2026, remanescendo R\$ 10.364 referente ao saldo da 7ª emissão (2ª série). A Administração vem cumprindo todas as condições precedentes, desta debênture, ou obtendo "waivers", e considera remota a conversibilidade por caixa.

A movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	810.932	448.533
Pagamento de principal	(8.036)	(480.815)
Juros pagos	(4.629)	(35.525)
Juros provisionados	109.212	39.818
Novas captações	45.443	381.956
Debêntures conversíveis	-	549.051
Conversão em debêntures em capital (a)	(343.325)	(92.086)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	(355.477)	-
Saldo em 31 de dezembro	254.120	810.932

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	911.881	456.464
Pagamento de principal	(18.568)	(507.934)
Juros pagos	(7.607)	(41.866)
Juros provisionados	118.663	41.264
Adição por aquisição	-	63.204
Novas captações	103.093	443.784
Debêntures conversíveis	-	549.051
Conversão de debêntures em capital (a)	(343.325)	(92.086)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	(450.148)	-
Adiantamento de recebíveis	8.373	-
Saldo em 31 de dezembro	322.362	911.881

(a) Integralização de debêntures em capital, vide movimentação da DMPL.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2027	34.298	34.817
2028	5.594	5.594
2029	55.278	55.278
2030 a 2032	107.980	107.980
	203.150	203.669

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	175.848	236.434
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	140.568	22.904

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(9.805)	(2.721)
Juros provisionados	8.861	-
Novas captações	-	(7.084)
Saldo em 31 de dezembro	(944)	(9.805)

  

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(10.753)	(2.721)
Juros provisionados	9.779	632
Impacto por aquisição	-	(1.580)
Novas captações	(2.447)	(7.084)
Saldo em 31 de dezembro	(3.421)	(10.753)

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, e na sequência, o Conselho de Administração, aprovou a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6º emissão), no montante de até R\$ 470.000. Em 21 de maio de 2024, houve a integralização de R\$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores, bem como, a renegociação de prazo para pagamento dos créditos detidos pelos bancos que optaram por não participar dessa integralização.

Em 4 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de covenants para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas ("*Covenants*"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante. Nesse sentido, a administração da Companhia obteve juntos aos debenturistas o *waiver* na data de 12 de março de 2026, ou seja, previamente à divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto nos instrumentos de emissão das referidas debêntures.

Para reforço de caixa para rescisões e desmobilizações de centros de distribuição a Companhia contratou em 27 de setembro de 2024 uma Nota Comercial no valor de R\$ 20.000, a qual foi integralizada na 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão em *equity* ou amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2029.

No segundo trimestre de 2024, por meio de sua controlada Moove, o grupo contratou capital de giro no montante total de R\$ 55.000, tendo essa operação a finalidade de pré-pagar empréstimos em montante equivalente. Os ex-acionistas da Move3 garantiram essa captação com 80% de "*cash collateral*". Em 2025, os ex-acionistas pré-pagaram essas dívidas, vide nota 23.

Em 26 de agosto de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Em 9 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Em 30 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Durante o mês de outubro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 15.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com pagamento em 12 (doze) parcelas mensais, sendo o vencimento da primeira parcela em 30 de junho de 2026 e a última parcela vencendo em 30 de junho de 2027.

Os contratos de emissão das debêntures em relação as emissões da 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> estabelecem obrigações restritivas (“*Covenants*”), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis trimestrais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices operacionais de custo e despesas e índices financeiros, sendo que a primeira verificação ocorrerá após a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Nesse sentido, a administração da Companhia obteve junto aos debenturistas um *waiver* na data de 12 de março de 2026, prorrogando em 60 dias a data de entrega das demonstrações financeiras, conforme previsto nos instrumentos de emissão das referidas debêntures, ou seja, previamente à divulgação das demonstrações financeiras anuais.

Os índices operacionais trimestrais são:

- (a) O custo total da folha de pagamento (fator k) não poderá ser superior a R\$ 23,5 milhões;
- (b) O custo total com serviços de terceiros não poderá ser superior a R\$ 0,8 milhão;
- (c) O custo total com viagens, reembolsos e outros não poderá ser superar a R\$ 0,3 milhão; e
- (d) O custo total com serviços de TI e telecom não poderá ser superar a R\$ 1,5 milhões.

Os índices financeiros são:

- (a) Margem bruta deverá ser igual ou superior a 20%;
- (b) Margem bruta de cartões deverá ser igual ou superior a 25%;
- (c) Margem operacional consolidado deverá ser igual ou superior a 11%; e
- (d) Receita de cartões deverá ser igual ou superior a R\$130,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos, e/ou obteve *waiver* (dispensa) previamente, à divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto nos instrumentos de emissão das referidas debêntures.

## 11.2. Instrumentos financeiros derivativos

Em 4 de abril de 2025, os contratos de swap, vinculados aos contratos de empréstimos, foram liquidados gerando um ganho de R\$ 2.161 que foi utilizado para reduzir o valor do empréstimo que o contrato estava vinculado.

A movimentação do saldo de instrumentos financeiros derivativos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	7.746	32.019
Fluxos de caixa	(2.161)	(33.716)
Juros apropriados	-	1.697
Valor justo dos instrumentos financeiros	(5.585)	7.746
Saldo em 31 de dezembro	-	7.746

## 12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos

Caminhões: 5 anos

Sistemas de monitoramento: 5 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 4.4.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

		Controladora				
Vida útil (anos)		2024	Adições	Baixas (a)	Depreciação	2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	7.704	-	(3.668)	(3.162)	874
Caminhões	5	32.065	-	(25.993)	(3.893)	2.179
		39.769	-	(29.661)	(7.055)	3.053

		Controladora				
Vida útil (anos)		2023	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2024
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	155.033	21.551	(147.153)	(21.727)	7.704
Caminhões	5	39.680	2.265	-	(9.880)	32.065
Sistemas de monitoramento	5	249	40	(52)	(237)	-
		194.962	23.856	(147.205)	(31.844)	39.769

		Consolidado				
Vida útil (anos)		2024	Adições/ reajustes	Baixas (a)	Depreciação	2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	49.554	5.739	(8.079)	(13.967)	33.247
Caminhões	5	32.066	-	(25.993)	(3.893)	2.180
		81.620	5.739	(34.072)	(17.860)	35.427

		Consolidado					
Vida útil (anos)		2023	Adição por aquisição	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2024
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	163.473	43.167	24.090	(150.385)	(30.791)	49.554
Caminhões	5	39.680	-	2.266	-	(9.880)	32.066
Sistemas de monitoramento	5	249	-	40	(52)	(237)	-
		203.402	43.167	26.396	(150.437)	(40.908)	81.620

## Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A composição dos passivos de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	1.018	10.332	38.499	61.150
Veículos	3.508	44.835	3.508	44.835
	4.526	55.167	42.007	105.985
Circulante	3.280	27.912	9.657	42.471
Não circulante	1.246	27.255	32.350	63.514

A movimentação do passivo de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	55.167	251.209
Fluxos de caixa	(1.084)	(34.492)
Juros provisionados	3.071	17.387
Novos arrendamentos	-	23.856
Baixas	(52.628)	(202.793)
Saldo em 31 de dezembro	4.526	55.167

  

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	105.985	263.726
Fluxos de caixa	(13.169)	(44.019)
Juros provisionados	7.410	21.341
Adição por aquisição	-	46.580
Novos arrendamentos	4.614	26.395
Baixas	(62.833)	(208.038)
Saldo em 31 de dezembro	42.007	105.985

## Taxa incremental

Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos.

A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia (juros reais, ex-indexador inflacionário):

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	14.977	8.859	37.448	21.214
Fornecedores – recuperação extrajudicial (a)	92.722	328.543	92.722	328.543
	107.699	337.402	130.170	349.757
Circulante	20.404	337.402	42.875	349.757
Não circulante	87.295	-	87.295	-

(a) A principal variação desse saldo refere-se ao desconto obtido junto aos fornecedores que aderiram o plano de recuperação extrajudicial, que aceitaram uma redução entre 50% e 70% do valor de face do saldo em aberto e/ou a integralização dos valores em capital. O montante de redução foi de R\$ 87.841, conforme divulgado na nota 19.

### 14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos sobre a receita – ISS (a)	8.069	11.342	32.916	18.092
Impostos sobre a receita – ICMS (a)	20.673	1.690	47.295	16.297
Impostos federais sobre serviços de terceiros	650	1.273	3.894	6.884
IRPJ e CSLL	-	-	-	5.173
PIS/COFINS	-	5.390	-	14.736
Outros	-	-	371	2.711
	29.392	19.695	84.476	63.893

(a) A Companhia possui equipes interna e externa negociando impostos Municipais e Estaduais para regularizar a situação fiscal em todas as esferas do poder público. Alguns saldos encontram – se registrados como contingências prováveis.

## 14.1. Parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Federal (a)	-	14.768	-	21.129
Estadual	46.503	28.862	79.343	49.601
Municipal	4.256	-	4.818	-
	50.759	43.630	84.161	70.730
Passivo circulante	9.991	9.311	19.192	20.294
Passivo não circulante	40.768	34.319	64.969	50.436

- (a) A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Receita Federal do Brasil - RFB, acarretando numa redução dos parcelamentos fiscais.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2027	9.463	17.381
2028	8.623	14.639
2029	7.421	11.523
De 2030 em diante	15.261	21.426
	40.768	64.969

## 14.2. Impostos parcelados - PGFN

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros passivos tributários	41.966	86.153	110.575	171.538
	41.966	86.153	110.575	171.538
Circulante	19.584	-	51.602	-
Não circulante	22.382	86.153	58.973	171.538

A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, nos termos do programa de transação individual tributária federal, com concessão de descontos, uso de prejuízos fiscais e parcelamento do saldo remanescente. A transação resultou em um desconto de R\$ 281.897 (passivos em aberto e contingenciados) e a compensação de R\$ 222.513 do imposto diferido ativo, remanescendo R\$ 110.575 a pagar em 15 meses.

## 14.3. Obrigações trabalhistas

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargos sociais (a)	382	18.450	758	24.401
Processos trabalhistas a pagar	3.870	7.465	6.337	8.786
Salários a pagar (b)	3.737	7.384	3.737	9.178
Provisão para férias e encargos	1.889	5.045	6.576	11.277
	<b>9.878</b>	<b>38.344</b>	<b>17.408</b>	<b>53.642</b>
Circulante	9.151	38.344	15.962	53.642
Não circulante	727	-	1.446	-

- (a) A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Receita Federal do Brasil - RFB, acarretando numa redução dos encargos sociais.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, o número de colaboradores da Companhia totalizava 1.165 (2.502 em 31 de dezembro de 2024).

## 15. Provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perdas prováveis	32.176	51.574	79.251	302.372
	<b>32.176</b>	<b>51.574</b>	<b>79.251</b>	<b>302.372</b>

A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Receita Federal do Brasil - RFB, acarretando numa redução no saldo de processo tributários, que foram incluídos nessa negociação.

### 15.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera as decisões dos processos trabalhistas que podem ser procedentes, procedentes em parte ou improcedentes. Para a decisões desfavoráveis à Companhia, a classificação é de perda provável, com provisionamento de 100% do valor da condenação. Os processos ainda sem decisão são classificados como possíveis, e os processos com decisões favoráveis à Companhia são classificados como remotos.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2024	10.945	3.650	967	15.562
Complemento/(reversão) de provisão	7.461	2.379	26.172	36.012
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.406	6.029	27.139	51.574
Complemento/(reversão) de provisão	3.846	(748)	1.674	4.772
Reclassificação de ICMS para obrigações tributárias	-	-	(19.370)	(19.370)
Reclassificação PGFN	-	-	(4.800)	(4.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22.252	5.281	4.643	32.176

  

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2024	18.863	18.654	136.792	174.309
Pagamento de processos	19.775	(4.345)	111.533	126.963
Complemento/(reversão) de provisão	1.100	-	-	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.738	14.309	248.325	302.372
Complemento/(reversão) de provisão	6.726	(3.734)	(33.939)	(30.947)
Reclassificação de ICMS para obrigações tributárias	-	-	(43.394)	(43.394)
Reclassificação PGFN	-	-	(148.780)	(148.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.464	10.575	22.212	79.251

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

#### Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2025, são partes em 1.121 reclamações trabalhistas (1.326 em 31 de dezembro de 2024) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente.

#### Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues, bem como por fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual.

#### Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS.

## 15.2. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhista	9.825	2.861	16.207	5.903
Cível	39.987	22.229	99.311	53.814
Tributária	47	27.204	30.452	106.740
	49.859	52.294	145.970	166.457

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Trabalhistas

Os pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício.

Cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por: i) consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues; ii) fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual; iii) agregados e motoristas que requereram o reconhecimento de vínculo empregatício que estão sendo demandados na esfera cível. Adicionalmente, há um processo movido por ex-franqueado que alega ter valores a receber a título de comissões; sendo estas as principais causas de aumento de 2024 para 2025.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos. A redução do saldo decorre do acordo com a PGFN.

## 15.3. Depósitos e bloqueios judiciais

A movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais pode ser assim apresentada:

	Controladora		
	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	186	13.453	13.639
Depósito	768	17.002	17.770
Pagamento/ baixa	(954)	(21.654)	(22.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	8.801	8.801

	Consolidado		
	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	734	32.860	33.594
Depósito	1.598	26.794	28.392
Pagamento/ baixa	(2.332)	(46.534)	(48.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	13.120	13.120

## 16. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para custos e despesas (a)	14.498	22.371	25.365	76.299
Adiantamentos diversos	-	-	18.333	1.652
Provisão para partes relacionadas	-	9.756	2.711	7.662
Contas a pagar	-	9.204	2.032	8.992
Outros	1.093	1.789	2.571	2.513
	15.591	43.120	51.012	97.118
Circulante	15.591	43.120	50.931	95.892
Não circulante	-	-	81	1.226

(a) Trata-se de provisões de serviços e fornecedores que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração, devido ao não recebimento das respectivas notas fiscais e somente terão o valor aprovado após a conclusão da prestação dos serviços.

## 17. Patrimônio líquido

### 17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 1.430.860 (R\$ 1.002.385 em 31 de dezembro de 2024), composto por 11.984.556 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (22.805.854 em 2024), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R\$	Ações
15 de janeiro de 2025 (a)	90.931	8.266.444
13 de fevereiro de 2025 (a)	28.936	2.918.390
25 de fevereiro de 2025 (a)	21.343	970.131
14 de março de 2025 (a)	8.806	400.288
26 de maio de 2025 (b)	58.691	13.071.494
27 de maio de 2025	2.122	1.878.975
22 de setembro de 2025 (a)	61.415	3.489.432
11 de novembro de 2025 (c)	10.088	9.987.803
18 de novembro de 2025 (a)	40.267	2.287.886
29 de dezembro de 2025 (a)	105.876	601.569
	428.475	43.872.412

(a) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão das 4ª, 6ª, 7ª e 13ª emissões de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota 17.4.

(b) Em cumprimento ao Plano de RE, em 26 de maio de 2025, a Companhia aumentou o seu capital social e entregou 13.071.494 ações aos credores.

(c) Em cumprimento ao plano de reestruturação de dívidas, em 11 de novembro de 2025, a Companhia aumentou o seu capital social e entregou 9.987.802 ações aos credores.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração.

#### 17.2. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 9.969 (R\$ 9.969 em 31 de dezembro de 2024) foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2025, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

#### 17.3. Plano de pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano 2"), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram concedidas visando substituir as outorgas revogadas.

Em 11 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 alterando o valor de exercício para R\$ 0,34 mediante pagamento de prêmio de R\$ 0,05.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Plano 2 foi totalmente revertido para o resultado, pois todos os participantes que tinham direito de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, naquela data, não exerceram seus direitos de outorga.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("*constructive obligation*") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

## 17.4. Debêntures conversíveis

Debêntures conversíveis

A Companhia emitiu debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

	4ª emissão	6ª emissão	7ª emissão	13ª emissão
Data de emissão	17 de outubro de 2023	22 de março de 2024	26 de agosto de 2024	11 de dezembro de 2025
Quantidade	341.546.000	396.134.589	131.598.000	421.937.000
Valor unitário	1.000	1	1.000	1
Total emitido – R\$	341.546	396.151	131.598	421.937
Primeira série – R\$	241.546	341.151	N/A	369.176
Integralização	Conversão de créditos detidos anteriormente	Conversão de créditos detidos anteriormente	N/A	Moeda corrente
Segunda série – R\$	100.000	55.000	111.005	52.761
Integralização	Moeda corrente	Moeda corrente	Conversão de créditos detidos anteriormente	Conversão de créditos detidos anteriormente
Remuneração	Pré-fixado de 12,6825%	Pré-fixado de 12,6825%	-	-
Vencimento	1º de janeiro de 2026	1º de janeiro de 2026	31 de dezembro de 2027	26 de fevereiro de 2026

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Quantidade	Debêntures – R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2025	384.116.891	903.960
Conversão em 15 de janeiro de 2025	(8.266.444)	(90.931)
Conversão em 13 de fevereiro de 2025	(2.918.390)	(28.936)
Conversão em 25 de fevereiro de 2025	(970.131)	(21.343)
Conversão em 14 de março de 2025	(400.288)	(8.806)
Conversão em 27 de maio de 2025	(1.336.475)	(1.336)
Conversão em 12 de setembro de 2025	(3.489.432)	(61.415)
Atualização monetária debêntures conversíveis	-	51.438
Conversão em 18 de novembro de 2025	(33.600.000)	(40.267)
Conversão em 29 de dezembro de 2025	(87.223.760)	(105.876)
13ª emissão de debêntures (conversão de dívidas)	276.201.723	260.289
5ª emissão – 1ª série	4.638.306	4.662
Atualização monetária debêntures conversíveis	-	12.852
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (a)	526.752.000	874.291

(a) O saldo final da movimentação contempla os montantes de R\$ 15.026 referente às debêntures conversíveis apresentadas na nota explicativa 11.1 “Empréstimos, financiamentos e debêntures” acrescido de R\$ 859.265 no patrimônio líquido referente aos instrumentos patrimoniais conversíveis em ações.

## 17.5. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2025	2024
Prejuízo do exercício	(202.170)	(1.094.265)
Média ponderada de ações em circulação – em milhares	11.985	20.435
Resultado por ação básico – em R\$	(16,8692)	(53,5485)

O resultado por ação diluído é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e debêntures conversíveis e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 1.278.598 ações, pós grupamento (3.826.614 ações em 2024, pós agrupamento). Devido ao fato de a Companhia ter apresentado prejuízo para os exercícios findo em 31 de dezembro 2025 e 2024, as opções de compra de ações e as debêntures conversíveis não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo diluído	
	2025	2024
Prejuízo do exercício	(202.170)	(1.094.265)
Média ponderada de ações em circulação – em milhares	1.279	20.435
Resultado por ação diluído – em R\$	(158,0688)	(53,5485)

## 18. Receita operacional líquida

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

### Imposto sobre serviços prestados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	40.113	174.899	677.703	882.837
Impostos incidentes	(5.543)	(19.312)	(84.775)	(113.821)
	34.570	155.587	592.928	769.016

## 19. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos.

A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos com:				
Depreciação, amortização	(31.401)	(30.414)	(103.703)	(102.619)
Baixas de imobilizado, intangível e direito de uso	(1.951)	(2.055)	(10.652)	(25.325)
Distribuição e transporte (a)	(31.782)	(152.565)	(509.629)	(629.093)
Provisão para demandas judiciais	(142)	(83.346)	37.416	(156.435)
Pessoal	(5.573)	(168.602)	(33.739)	(198.491)
Despesas indedutíveis	(15.035)	(12.061)	(68.526)	(22.200)
Jurídico	(21.077)	(12.333)	(28.844)	(12.901)
Amortização - direito de uso	(7.083)	(31.844)	(7.083)	(40.908)
Reversão/ (provisão) para perdas de crédito esperadas	(6.581)	28.408	(14.706)	46.025
Impostos e taxas	(1.691)	(2.608)	(7.929)	(11.140)
Utilidades	198	(22.054)	189	(24.550)
Haircut de fornecedores – Plano de RE (b)	87.841	-	87.841	-
Outras	(30.087)	(202.853)	(39.502)	(243.540)
	(64.364)	(692.327)	(698.867)	(1.421.177)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(68.112)	(298.138)	(552.486)	(794.183)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	3.748	(394.189)	(146.381)	(626.994)
	(64.364)	(692.327)	(698.867)	(1.421.177)

- (a) Refere-se a gastos com contratação de serviços de fretes de terceiros, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transporte, pallets, caixas e demais insumos.
- (b) Este valor refere-se ao desconto obtido junto aos fornecedores, que aderiram o plano de recuperação extrajudicial.

## 20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Baixa de contrato de arrendamento (b)	22.967	24.096	28.761	24.096
Resultado da transação com a PGFN (c)	2.283	-	37.650	-
Receita com venda de sucata	1.996	-	2.740	-
Impairment de ágio (a)	-	(186.355)	-	(480.577)
Venda de investimento	(743)	17.600	(662)	17.600
Outras (despesas) e receitas	(9.353)	38.079	10.174	13.739
	17.150	(106.580)	78.663	(425.142)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	79.775	-	55.435
Impairment de ágio	-	(186.355)	-	(480.577)

- (a) Em 2024 a controladora realizou avaliação de *impairment* sobre os ágios nas controladas e reconheceu perdas sobre os respectivos ágios nas seguintes controladas: Sete Estradas no montante de R\$ 65.521, Lotus no montante de R\$ 34.379, Nowlog no montante de R\$ 22.842, Direcional Transportes no montante de R\$ 5.009, YEP Log no montante de R\$ 16.424 e YEP Tec. no montante de R\$ 194. No consolidado o montante das perdas reconhecidas sobre os ágios das empresas controladas foi de R\$ 196.008 na controlada Plimor e R\$ 120.011 na empresa Prime.
- (b) Em 2025 e 2024, refere-se a resultado líquido na baixa de ativos e cancelamento de contratos de arrendamento.
- (c) Descontos de juros e multa na transação individual junto a PGFN.

## 21. Receitas e despesas financeiras, líquidas

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre passivo de arrendamento	(3.071)	(17.196)	(7.410)	(17.938)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(109.212)	(93.680)	(118.663)	(121.284)
Juros sobre passivos tributários e outros	(11.699)	(14.813)	(12.346)	(23.094)
Juros sobre parcelamentos	(12.173)	-	(17.370)	-
Efeito de conversão da dívida em debêntures conversíveis	-	(13.039)	-	(3.707)
Despesas bancárias	(426)	-	(525)	(5.526)
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	2.974	2.747
AVP dos saldos de fornecedores RE	60.202	-	60.202	-
Descontos (concedidos) obtidos	(1.359)	913	(1.335)	1.080
Outras receitas (despesas) financeiras	(15.012)	(25.323)	(51.243)	(29.886)
	(92.750)	(163.138)	(145.716)	(197.608)

## 22. Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados de R\$ 1.119.717 e R\$ 1.804.729 na controladora e no consolidado, respectivamente, porém a Companhia não e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos sobre esses prejuízos fiscais, pois a Companhia não tem expectativa de realização desse ativo diferido em futuro previsível, exceto pelos valores incluídos no acordo com a PGFN.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	468.004	167.853	832.114	167.853
Provisão para demandas judiciais	22.776	17.175	64.543	78.459
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	6.948	4.710	14.302	8.738
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	1.630	26.268	474	47.600
Diferenças Temporárias – Ágio fiscal	(30.134)	(33.203)	(111.097)	(69.840)
Passivo de arrendamento	1.539	23.612	14.282	33.121
Crédito extemporâneo	-	(2.242)	-	(5.936)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa – acordo PGFN (a)	(87.300)	-	(222.512)	-
Reversão de ativo diferido	(87.751)	-	(21.783)	-
Imposto de renda diferido não reconhecido	(295.712)	-	(570.323)	-
<b>Ativo diferido</b>	<b>-</b>	<b>204.173</b>	<b>-</b>	<b>259.995</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.700)</b>

- (a) A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Receita Federal do Brasil – RFB. Vide mais detalhes na nota 26.

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	204.173	207.821	244.295	240.729
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	(81.181)	-	(21.783)	-
Diferenças temporárias	2.759	(3.648)	-	3.566
Movimentações patrimoniais:				
Utilização PGFN	(87.300)	-	(222.512)	-
Baixa	(38.451)	-	-	-
	(204.173)	(3.648)	(244.295)	3.566
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>204.173</b>	<b>-</b>	<b>244.295</b>

- (a) Valor de imposto diferido ativo devido à falta de expectativa de utilização em um futuro previsível.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(163.966)	(1.090.617)	(222.955)	(1.275.418)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	55.748	370.810	68.938	433.642
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	16.751	(92.326)	141	(507)
Plano de pagamento baseado em ações	153	(447)	153	(447)
Reserva de incentivos fiscais	-	299	-	651
Descontos obtidos – PGFN e AVP de fornecedores	(51.111)	-	(63.136)	-
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	-	(215.433)	-	(241.861)
Diferença temporária - ágio	(30.134)	(55.668)	(111.097)	(163.114)
Provisão para perdas	39.373	(11.424)	66.885	(27.610)
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-	-	(3.843)
Reversão de crédito diferido	(36.451)	(2.241)	-	(2.241)
Outras diferenças permanentes	(82.080)	2.782	16.102	2.356
Efeito no resultado	(87.751)	(3.648)	(22.014)	(2.974)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(231)	(6.540)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(87.751)	(3.648)	(21.783)	3.567
Taxa efetiva	53,52%	0,3%	9,87%	0,2%

## 23. Transações com partes relacionadas

### Transações comerciais

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas acordadas entre as partes envolvidas, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

Em 28 de abril de 2025, foi firmado o segundo aditamento da 5ª emissão de debêntures por meio do qual a Companhia e o Fundo de Investimento gerido pela JiveMauá, por meio do qual foram repactuadas determinadas condições comerciais como extensão do prazo de vencimento, ampliação das garantias, alteração da data de pagamento da remuneração e a amortização do saldo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 11.870 foi migrado para a 13ª emissão remanescendo saldo de R\$ 4.663.

Durante os meses de agosto e setembro de 2025, foram aprovadas a 9ª, 10ª e 11ª emissões privadas de debêntures, no montante total de R\$ 30.000. A 9ª emissão foi subscrita na sua integralidade pelo Fundo de Investimento gerido pela JiveMauá. As 10ª e 11ª emissões foram subscritas na sua integralidade pelo JIF Créditos – Fundo de Investimento sob a gestão da Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda. Os prazos de vigência expirarão em 30 de junho de 2027 para todas as emissões. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 31.990.

Em 23 de outubro e 28 de novembro de 2025 foram aprovadas, respectivamente, a 12ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 15.000, sendo que o montante atualizado até 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 16.076 e a 13ª emissão de debêntures da Sequoia com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000.

Em 31 de dezembro de 2025, há um montante de R\$ 19.193 no capital de giro referente a dívida da controlada ILGJ (Moove) com a JiveMauá.

Quadro resumo das transações com partes relacionadas

	Controladora – Ativo	
	2025	2024
Transportadora Americana	13.611	13.611
Flash	46.652	-
ILGJ	97.639	-
Drops	-	2.996
Carriers	5.343	69
	<b>163.245</b>	<b>16.676</b>

	Controladora – Passivo		
	2025	2024	Resultado - 2024
Transportadora Americana	(99.821)	(102.373)	-
Flash	(46.182)	(17.260)	-
ILGJ	(26.049)	(15.431)	-
Carriers	(8.824)	-	-
Drops	-	(212)	-
	<b>(180.876)</b>	<b>(135.276)</b>	<b>-</b>
Circulante	-	(1.525)	-
Não circulante	(180.876)	(133.751)	-

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas. Essas transações são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora - Ativo	
	2025	2024
Transportadora Americana	13.611	13.611
Flash	20.312	2.996
	<b>33.923</b>	<b>16.607</b>

	Controladora - Passivo	
	2025	2024
Transportadora Americana	(9.638)	(9.638)
	<b>(9.638)</b>	<b>(9.638)</b>

Transações financeiras

A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, exceto pelas transações com a parte relacionada JiveMauá, conforme a seguir:

	Controladora –Ativo	
	2025	2024
ILGJ	93.830	-
Carriers	-	69
	<b>93.830</b>	<b>69</b>

	Controladora – Passivo	
	2025	2024
Transportadora Americana	(90.183)	(92.735)
Flash	(46.182)	(17.260)
ILGJ	(26.049)	(15.431)
Drops	-	(212)
Carriers	(8.824)	-

(171.238)

(125.638)

Transações de parcelamento PGFN

A Companhia possui saldo receber decorrente de transferência de prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda para pagamento junto a PGFN entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora – Ativo	
	2025	2024
Flash	26.340	-
Carriers	5.343	-
ILGJ	3.809	-
	35.492	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2025	2024
Remuneração direta	4.494	5.955

## 24. Cobertura de seguro

Descrição da cobertura	Cobertura em R\$ (000)
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou inundação	
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	183.439
Responsabilidade civil	151.640
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	5.000
Perda ou pagamento de aluguel	5.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto ( <i>sprinklers</i> ) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	2.155
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Danos elétricos	1.000
Quebra de vidros e anúncios luminosos	200
Tumulto, greve ou <i>lock-out</i>	100
Recomposição de registros ou documentos	50

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## 25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conversão de debêntures e empréstimos em instrumentos patrimoniais	515.629	-	515.629	-
Aumento de capital com conversão de dívida	69.567	-	69.567	-
Aumento de capital conversão de debêntures	343.325	-	343.325	-
Distrato de contratos de arrendamento	22.995	24.096	29.371	24.096
Aumento de capital – debêntures conversíveis	15.583	-	15.583	-
Reclassificação de contingências para PGFN	4.800	-	148.780	-
Reclassificação de parcelamentos para PGFN	44.871	-	51.321	-
Reclassificação de contingência - ICMS para obrigações tributárias	19.370	-	33.939	-
Baixa de ativos de indenização	-	-	6.249	-
Ajuste de avaliação patrimonial	7.737	-	13.456	-
Plano de pagamento com base em ações	(337)	1.314	(337)	1.314
Contratos de arrendamento	-	1.759	-	4.298

## 26. Eventos subsequentes

### a) Reestruturação de dívidas e captações

Durante 2026, foi concluída a 13ª emissão de debêntures com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000. A emissão foi feita de forma parcial no montante de R\$ 421.937 em debêntures obrigatoriamente conversíveis, sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento em 26 de fevereiro de 2026. Esse montante foi aportado através de recursos em espécie no montante de R\$ 45.483, de créditos com terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 214.781, e o saldo remanescente foi proveniente da conversão de debêntures da 4ª e 6ª emissões, o que reduziu, significativamente, o endividamento da Companhia. Em 27 de fevereiro de 2026, as debêntures da 13ª emissão séries 1ª e 2ª foram totalmente integralizadas no Capital da Companhia.

### b) Aumento de capital

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente ao aumento de capital no montante de R\$ 393.320, com a emissão de 5.678.111.214 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultante da conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da 13ª emissão da Companhia, das quais 5.668.877.238 de ações terão o preço de conversão de R\$ 0,06 (seis centavos), e 9.233.976 de ações terão o preço de conversão de R\$ 5,76 (cinco reais e setenta e seis centavos).

Nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, como resultado da 13ª Emissão de debêntures, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da JiveMauá, tendo sido entregues a eles o total de 5.669.480.578 ações ordinárias como resultado da conversão das debêntures da 13ª emissão, de modo que tais fundos de investimento, considerados conjuntamente, passaram a deter ações representativas de 99,63%.

Em 23 de fevereiro de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente ao aumento de capital no montante de R\$ 8.658, com preço de conversão de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), com a emissão de 39.354 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultante da conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia será alterado de R\$ 2.102.593, para R\$ 2.111.251, dividido em 5.690.832.538 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 5 de março e 23 de março de 2026, a Companhia divulgou comunicações ao mercado referente ao aumento de capital no montante total de R\$ 33.070 com a consequente emissão de 551.165.590 de novas ações ordinárias, sendo 2.000.000 em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Segundo Programa do Segundo Plano, e 549.165.590 resultante da conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da 13ª emissão da Companhia. de modo que, após o aumento de capital, o capital social da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 2.144.261, dividido em 6.240.998.128 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 2.144.321, dividido em 6.241.998.128 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 15 de abril de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente ao aumento de capital no montante de R\$ 240 com a consequente emissão de 4.000.000 de novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Segundo Programa do Segundo Plano, de modo que, após o aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 2.144.742, dividido em 6.241.998.128 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 2.144.983, dividido em 6.253.033.484 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 04 de maio de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente a assembleia de debenturistas realizada em 28 de abril de 2026, que aprovou a repactuação da 7ª emissão 1ª série de debêntures da Companhia, nos seguintes termos:

- a) Definição do saldo devedor em R\$ 24.229 em março de 2026;
  - b) Carência dos pagamentos de juros e da amortização de valor principal até fevereiro de 2031, com pagamentos de juros trimestrais até o vencimento; e
  - c) Vencimento do valor principal repactuado para fevereiro de 2031.
- c) Negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Em 20 de abril de 2026, a Companhia celebrou junto a PGFN para pagamento, de forma parcelada, do passivo tributário da Companhia. O acordo resultou em uma redução significativa do passivo tributário da Companhia, passando referido passivo de aproximadamente R\$ 631.700 para R\$ 112.700 (valor base em abril de 2026), conforme divulgado na nota 2.5 (a).

- d) Venda de ativos fixos e distrato de contrato de arrendamento

Em 22 de abril de 2026, a Companhia concluiu com a alienação de determinados ativos operacionais ao Mercado Livre, pelo valor total de aproximadamente R\$ 37.500 (USD 7.500.000). O valor residual contábil dos ativos objeto da transação em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 30.401. Com base nas informações disponíveis naquela data e até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou que não havia indicativo de perda por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor de venda acordado/estimado era superior/compatível com o valor contábil residual dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2025, os referidos ativos permaneciam em utilização operacional pela Companhia e, portanto, continuavam classificados no ativo imobilizado. Naquela data, os ativos não atendiam aos critérios de classificação como ativos não circulantes mantidos para venda, nos termos do CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, uma vez que não estavam disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

Dessa forma, a transação não gerou efeitos contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo efeitos no ativo imobilizado, no ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando aplicável, ou no resultado do exercício. Os efeitos decorrentes da baixa dos ativos e eventual apuração de ganho ou perda na alienação serão reconhecidos no exercício de 2026, quando da efetiva conclusão da operação.

\*\*\*